**ESTUDANTES TRABALHADORES E A AGUDIZAÇÃO DE SEUS ENFRENTAMENTOS: VEREDAS ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO**

Nadia Baptista Corrêa – FFP/UERJ

Edilaine de Melo Souza – FFP/UERJ

Cacilda Fontes Cruz – FFP/UERJ

Resumo

O presente trabalho é fruto do diálogo entre três professoras vinculadas ao PPGEdu – FFP/UERJ, na linha de pesquisa Processos Formativos e Desigualdades Sociais, e ao Grupo de Pesquisa PPEJAT – Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos da Classe Trabalhadora, coordenado pela professora Dra. Marcia Alvarenga. O texto indica que a experiência escolar para a classe trabalhadora passa por um momento de transformação, que resulta do incentivo do poder público à EaD e aos exames de certificação para a modalidade EJA. Como material empírico foram utilizados os dados do sistema acadêmico da Rede CEJA e das sinopses estatísticas do ENCCEJA. Vê-se que a escola como espaço de construção de um projeto alternativo de sociedade mostra-se fragilizada, e o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os sujeitos da EJA mitigado pelo crescimento de propostas individualistas e imediatistas para a conclusão do ensino.

Palavras-chave: EJA. CEJA. ENCCEJA. Desigualdades.

Resumo Expandido

No presente artigo apresentaremos um panorama que expressa as desigualdades aprofundadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir da experiência empírica como docentes dessa modalidade, imbricada com dados de duas escolas da Rede CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos)[[1]](#footnote-1) do Rio de Janeiro e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)[[2]](#footnote-2). Assim, o trabalho pretende mostrar aspectos da fragilidade na premissa da educação presencial como direito, a partir do crescimento da EaD e das certificações por competência. E quando esse direito está em risco, se nega o acesso a escola como espaço de diálogo. Essa processualidade traz como consequência a redução da escola da modalidade EJA como espaço de formação crítica do sujeito, norteada pela perspectiva freiriniana.

Percebemos a Educação como direito universal de todos, sendo dever do Estado promovê-la, com vistas não apenas à qualificação para o mercado de trabalho, mas também à formação plena da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 2016). Sob esse prisma a EJA se fortalece, afinal, falamos de sujeitos de direito que, em algum momento da vida, tiveram esse direito negado. Porém, o exercício do direito pressupõe uma igualdade que, para Alvarenga e Macedo (2019, p. 90), “[...] se encontra no terreno da relação social e não do fenômeno jurídico em si”, visto que “o Estado não é uma instituição neutra”.

Em face disso, torna-se importante fomentar políticas públicas que assegurem o acesso desses sujeitos à Educação pública de qualidade, bem como a permanência na modalidade. Contudo, percebe-se um hiato entre o reconhecimento jurídico da Educação como um direito social e o não estabelecimento de meios e regras para garantir que esse direito se efetive. Soma-se aí a “definição dos limites mínimos da educação regular como direito e dever do Estado (...), a expansão do alcance populacional dessa educação mínima e o tipo de escola que se forma para a sua realização” (ALGEIBAILE, 2009, p. 94).

Ao ampliar a oferta e assegurar o direito à escola, vê-se que não há compromisso estatal com a qualidade do ensino. Ao encontro disso citamos o que Nicodemos (2019) denomina como “desescolarização”, processo entendido como o que ocorre quando a escolarização para jovens e adultos acontece numa perspectiva “aligeirada e pedagogicamente fragilizada, e principalmente, em duas possibilidades de atendimento: [...] a política de certificação e a Educação a Distância” (id., p. 210).

A EaD, na atualidade, pressupõe meios digitais para sua realização, mas, nota-se que os estratos mais baixos da classe trabalhadora utilizam os instrumentos tecnológicos de forma distinta dos mais privilegiados. Embora o acesso à Internet venha se expandindo (IBGE, 2023), a finalidade de sua utilização apresenta diferenças consideráveis, entre elas, a de ser majoritariamente para chamadas de voz ou vídeo e redes sociais.

Os obstáculos enfrentados por esses estudantes da EJA podem ser ilustrados a partir dos dados informados pelos candidatos que se inscreveram para o ENCCEJA 2020 - em sua maioria, sujeitos que abandonam a escola no final do ensino fundamental e no começo do ensino médio – em que se aponta como maior motivo para o abandono escolar a “falta de tempo para estudar, seguida da “necessidade de trabalhar para ajudar a família” (INEP, 2020). Importante destacar que em 2020, durante a pandemia de Covid-19, as desigualdades sociais e educacionais foram acirradas.

Desse modo, ao tecer relações entre o mundo do trabalho e o contexto de pandemia, concorda-se reiteradamente com as análises de Nicodemos (2020) e Antunes (2020). A primeira, ao afirmar que esses sujeitos não tiveram direito ao cuidado necessário com a própria sobrevivência, haja vista a influência da condição de classe. A segunda, por lembrar que a pandemia foi nitidamente mais cruel entre a classe que vive do trabalho, expressão utilizada pelo autor para designar pessoas desprovidas dos meios de produção, mas que pela exploração alheia de sua força de trabalho, geram valor para o capital. Assim, a crise instalada no contexto de pandemia segue a engendrar a produção de desigualdades no Brasil.

Nas últimas décadas, o espaço da escola de EJA perde o acaso, o tempo e a história dos sujeitos ali presentes. Consequentemente, vínculos deixam de ser estabelecidos e a modalidade vai se consolidando como um direito em risco (ALVARENGA; MACEDO, 2019). Suspeita-se, portanto, que ao passo que a criticidade não encontra na escola um espaço favorável à sua construção, o modo como as medidas são implementadas na EJA não incorporam como objetivo primário o desenvolvimento do ser social. Assim, o esvaimento de experiência com a instituição escolar, na qual poucos estiveram, reduz possibilidades de construção de laços de solidariedade e criticidade.

Com a educação pública orientada na direção do afastamento de sujeitos jovens, adultos e idosos do ambiente escolar impede-se, então, a relação dialógica que funda os atos de ensinar e aprender e faz emergir o pensamento crítico de educando e educador (FREIRE, 2011). Nesse sentido, a escolarização caminha para um modelo que distancia os sujeitos que formam a instituição.

O incentivo ao modelo EaD na EJA consolida essa fratura na sociabilidade dos sujeitos, reduzindo a possibilidade de formação de solidariedade de classe, inclusive na luta por uma escola de qualidade para jovens e adultos trabalhadores. O ENCCEJA culmina esse processo ao pressupor um único encontro, o momento da prova, como definidor de toda a escolarização do trabalhador. Por essa razão, o desafio do ambiente presencial da EJA é se contrapor ao senso comum, desafiando consensos voltados ao mercado e à individualização em todos os aspectos da vida. Combater, assim, a ideia do espaço escolar como um mero ambiente de transmissão de conhecimento, ao passo que se abre espaço para a criticidade dos educandos dentro do processo educativo (FREIRE, 2011, p. 113).

Prosseguindo, o percurso deste trabalho deu-se a partir da observação dos dados de dois CEJAs, retirados do sistema acadêmico específico da rede. No caso do ENCCEJA, foram observados os dados das Sinopses Estatísticas disponibilizadas pelo INEP. Delimitou-se como período os anos de 2019 a 2022; entre os CEJAs se considerou como variável o número de matrículas, ao passo que para as análises em torno do ENCCEJA foram considerados os números de inscritos.

O ENCCEJA, exame criado em 2002, é bastante criticado por educadores preocupados com a possibilidade de esvaziamento das escolas de EJA, haja vista que a certificação atraiu progressivamente mais inscritos, ao menos até a pandemia de Covid-19. Mesmo com o fim da pandemia, o Exame teve, em 2023, o número de 1.104.146 inscritos, ao passo que a EJA contou com 2.589.815 pessoas matriculadas.

Na esfera estadual do Rio de Janeiro, ocorre uma experiência similar com os Exames Estaduais de Certificação da Rede CEJA, instituídos em 2022. A diferença é que esses são voltados exclusivamente a alunos da Rede, mas, seguem os padrões do INEP. O Quadro 1 apresenta o número de inscritos nas edições de 2022 e 2023 em dois CEJAs.

Quadro 1 – Número de inscritos no Exame Estadual de Certificação

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  Unidade Ano | **CEJA A** | **CEJA B** |
| **2022** | **2023** | **2022** | **2023** |
| Alunos inscritos EF | 87 | 65 | 16 | 75 |
| Alunos inscritos EM | 237 | 334 | 60 | 191 |

 Fonte: As autoras.

Destaca-se que dados unificados da Rede apontaram o aumento do número de novas matrículas de 1.138 para 1.970 no período de dez dias anteriores ao encerramento das inscrições no ano de 2022. Como um dos critérios do Exame Estadual é ter matrícula ativa na Rede CEJA, tem-se mais uma indicação do movimento de procura por esse tipo de exame.

As informações preliminares apontam para o desmonte da escola a serviço da classe trabalhadora, com as consequências da pandemia reverberando na EJA que, mesmo antes, sofria com a redução da oferta e das matrículas. Até a certificação por competências, que ganhou adeptos nos últimos anos, por duas edições seguidas manteve uma redução significativa no pós-pandemia.

A construção de um novo projeto coletivo de sociedade torna-se um desafio que se acentua em um contexto de individualização de todas as relações e espaços. O que se coloca como fundamental em nossas análises é, sobretudo, a reflexão acerca do desafio de reaproximar tais estudantes, jovens, adultos e idosos, não da certificação que meramente os apresentam como concluintes da educação básica, mas sim, do sentido da educação como um direito social e como possibilidade de formação integral do ser humano.

Referências

ALGEBAILE, Eveline. Escola pública e a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, FAPERJ, 2009.

ALVARENGA, Marcia Soares de; MACEDO, Handerson Fábio. O direito à Educação de Jovens e Adultos trabalhadores pode servir às lutas sociais? In: RUMMERT, Sonia. (org.) Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: história, lutas e direito em risco. Uberlândia: Navegando, 2019. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-educacao-de-jovens-e-adultos>

ANTUNES, Ricardo. CORONAVÍRUS: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Editora Boitempo; 2020. E-book Kindle. FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 17. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 jan. 2023.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023. Educação. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102040_informativo.pdf>

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 17. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

FUNDAÇÃO CECIERJ. Quer concluir os ensinos fundamental e médio? Se inscreva agora no CEJA. Veja como: 15 set. 2021. Disponível em: https://www.cecierj.edu.br/2021/09/15/quer-concluir-os-ensinos-fundamental-e-medio-se-inscreva-agora-no-ceja-veja-como/. Acesso em: 26 maio 2024.

INEP. Sinopses Estatísticas do ENCCEJA 2019 e 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-do-encceja. Acesso em: jun. 2022.

NICODEMOS, Alessandra. A Educação de Jovens e Adultos em contexto conservador e ultraneoliberal: caminhos do desmonte, caminho da resistência. In: JULIÃO, Elionaldo Fernandes; RODRIGUES, Fabiana. (Org.). Reflexões Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos nas prisões. São Paulo: Paco Editorial, v. 1, p. 9-241, 2019.

NICODEMOS, Alessandra; SANTOS, E. J. S. Educação de Jovens e Adultos em Contexto Pandêmico: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. Currículo sem Fronteiras, p. 871-892, 2020.

1. Os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) são escolas da rede pública estadual do Rio de Janeiro, administradas pela Fundação CECIERJ - vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - e seguem o modelo semipresencial de ensino. O aluno estuda a seu tempo, cursando uma ou mais disciplinas, retorna para tirar dúvidas e fazer as avaliações, que são realizadas toda vez que se finaliza o estudo de um fascículo da disciplina. (FUNDAÇÃO CECIERJ, 2021). [↑](#footnote-ref-1)
2. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) consiste em uma prova organizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com objetivo de certificar jovens e adultos a partir dos 15 anos, para a conclusão do ensino fundamental, e dos 18 anos, para finalização do ensino médio, em caso de aprovação nas quatro áreas do conhecimento avaliadas. [↑](#footnote-ref-2)